



Documento padrão para submissão de trabalhos ao XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

Jornalismo e Imprensa: Contribuições Analíticas ao Processo de Institucionalização¹

Diego Maganhotto Coraiola²
Universidade Federal do Paraná (CEPPAD/UFPR)

Resumo³

Os estudos na área de jornalismo costumam intercambiar os conceitos de imprensa e jornalismo. No entanto, existe uma progressiva separação histórica entre as referências a que apontam esses termos, que se configura na constituição de duas instituições com lógicas de ação distintas. Nesse sentido, o presente artigo apresenta sucinta narrativa construtiva da história desse desenvolvimento a fim de distinguir essas dimensões institucionais e elaborar sobre algumas contribuições que para isso concorreram, bem como defender que a sinonímia entre os conceitos de jornalismo e imprensa é válida somente para alguns casos específicos e cada vez menos aplicável.

Palavras-chave

Institucionalização; Imprensa; Jornalismo; Empresa Jornalística; Jornalistas.

Introdução

O presente artigo objetiva mostrar que a diferenciação dos conceitos de imprensa e jornalismo pode contribuir para as pesquisas na área jornalística. A partir da caracterização histórica da formação de duas instituições distintas, porém complementares, a imprensa como referente às empresas jornalísticas e os produtos jornais e o jornalismo denotando campo de saberes e fazeres e seus profissionais, pretende-se apontar que a recorrente substituição de um termo pelo outro, encontrada em trabalhos acadêmicos da área, é responsável por parte das confusões e discordâncias entre os teóricos, além de ser passível de ocorrência somente em alguns poucos casos específicos⁴.

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação.

² Mestre em Administração de Empresas. E-mail: dcoraiola@gmail.com.

³ As idéias defendidas neste artigo compõem parte da argumentação desenvolvida em dissertação para o Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Paraná sob a orientação do Prof. Dr. Clóvis L. Machado-da-Silva e financiamento do CNPq.

⁴ Tem-se consciência que diferenciação similar já havia sido pretendida por Pedro Costa Rego, no livro *Águas Passadas de 1952*, embora se tenha tomado conhecimento posteriormente à realização da análise e, portanto, não lhe seja devotada outra referência no corpo do texto.



Indica-se que não serão utilizadas quaisquer descrições teóricas definidas para interpretar o histórico de desenvolvimento das duas instituições. Embora seja possível considerar como principais perspectivas para a interpretação aqui esboçada o construtivismo social de Berger e Luckmann, a teoria da estruturação de Giddens e a corrente sociológica da teoria institucional das organizações, não serão abordados nenhum dos pressupostos por elas mantidos e nem se fará referências a elas no decorrer da análise. As principais contribuições dessas abordagens, no que se refere ao trabalho, residem nas idéias de construção social, estruturação, recursividade e influência institucional nas organizações sociais.

Conquanto não se tenha encontrado nenhum estudo nacional que desenvolvesse argumento similar ao que será esboçado, no que concerne à sua totalidade, é interessante ressaltar que não se pretende compreensão completa do fenômeno, mas somente indicar possibilidade de interpretação de alguns aspectos que se apresentam importantes para o desenvolvimento de análise geral e exploração aprofundada de casos particulares. O pressuposto fundamental do qual se procede considera a formação de três instituições principais, porém distintas e complementares, no processo de desenvolvimento da comunicação midiática impressa no Brasil: a imprensa, a literatura e o jornalismo. Entretanto, para fins de análise será preferencialmente focado o relacionamento entre a primeira e a última.

Tendo em vista certa discordância nas informações fornecidas pelos autores consultados, principalmente quanto à temporalidade e indicação de tendências, optou-se por demarcação artificial daqueles que pareceram apresentar-se como acontecimentos principais para as ocorrências posteriores, mesmo que com isso não se pretenda qualquer determinação rígida ou indicação de agentes mais relevantes ou imputação de qualquer causalidade possível, mas tão somente considerar tais eventos como manifestações de relevo que de certa maneira permitem compreender processos e tendências que estavam em desenvolvimento e resplandeceriam em período ulterior ou estavam por terminar.

Os processos de institucionalização

A imprensa surgida no Brasil em meados do século XIX era pequena e artesanal. A produção era feita normalmente por uma única pessoa ou por um pequeno grupo. Qualquer indivíduo possuía, em princípio, possibilidade de montar um jornal e, por

vezes, os proprietários desses jornais eram também seus redatores. O que é relevante perceber nessa fase é a proximidade das identidades do grupo, do jornal e das idéias mantidas pelo primeiro e manifestadas no segundo. Existia algo como uma identidade cruzada ou circular em que esses elementos apontavam uns para os outros. Ou seja, uma vez que eram quase inexistentes a divisão e especialização do trabalho, confundiam-se proprietários do jornal, produtores e jornalistas. O conceito de imprensa abarcava não somente esses três elementos como a própria prática do jornalismo, que se constituía como o produzido nos jornais⁵.

Essa condição modificar-se-ia a partir da comunhão dos temas político e literário, e o predomínio do segundo a partir dos anos 50 do século XIX e sua consolidação duas décadas depois. Época de estabilização política e decadência de conflitos de mesmo cunho, as oligarquias se fortaleciam e visavam os jornais pela possibilidade de utilizá-los para estabelecer sua influência e obter favores particulares, embora nesse tempo ainda seguissem as orientações da imprensa imperial. Esse período assinala o início da divisão entre capital e trabalho, ainda que não seja possível indicar uma dissociação absoluta, entre os latifundiários e os literatos e indica o surgimento de determinados requisitos técnicos para ocupar a função de jornalista. Vale lembrar que era comum que os homens de letras atuassem na política e assumissem cargos públicos, além de redigirem para os jornais, apesar de os últimos mostrarem-se cruciais para a obtenção de visibilidade e reconhecimento (SODRÉ, 2002).

Com o término da conciliação, em 1869, a política voltaria a predominar nos jornais, em defesa dos ideais republicanos ou monarquistas. Apesar disso, nem a literatura é extirpada nem os literatos perdem importância. Ao contrário, a influência da primeira se alastra e dissemina junto a outros movimentos culturais entre as camadas cultas enquanto os últimos defendem uma ou outra causa conforme a pertença do jornal para o qual escrevem, e normalmente escrevem para aqueles com os quais possuem afinidade. Nesse sentido, apesar da diferença na condição de proprietários e redatores, havia o compartilhamento de interesses similares em termos da militância por um conjunto de idéias e do uso político dos jornais.

O final do século esboça momento de transformações na imprensa, com destaque para a criação do jornal *Província de São Paulo*, que pode ser compreendido como

⁵ De acordo com Houaiss e Villar (2001), o vocábulo jornalismo só teria adentrado a língua portuguesa em 1875, enquanto a noção de imprensa já vigorava desde 1655. Além disso, o último termo comporta todas as quatro acepções descritas.



demarcador da passagem da fase artesanal para industrial. Evidenciavam-se mudanças de ordem administrativa, criação de funções de diretor do jornal, redator e litógrafo; técnica, advento da impressão em grande formato e da gravura, caricatura e litografia; e comercial, possibilidade de venda avulsa acrescida às assinaturas. Iniciava-se produção de outros veículos, como almanaques e revistas ilustradas. Verifica-se aumento da tendência de divisão e especialização das tarefas nos jornais, bem como início de preocupação com aspectos financeiros e ampliação do público leitor. Por outro lado, domina o texto literário e o noticiário de caráter político, ainda que já seja possível encontrar presentes alguns temas do cotidiano (RIBEIRO, L., 2004; SODRÉ, 1999).

No entanto, como ressalva Ribeiro L. (2003, 2004), o início da diversificação temática constatado nesse período não pode ser atribuído aos interesses de ganho de capital das empresas, o modelo capitalista ainda não se havia espreado, mas está relacionado à crescente urbanização e centralização da vida social nas cidades, à mudança da noção de público e à gradual diversificação de interesses dos grupos sociais. De outro modo, a autora contribui ao acrescentar que, à época do jornalismo praticado por João do Rio, as esferas da imprensa e literatura “[...] alcançam o momento culminante de uma interação que, por aproximadamente quatro décadas, sustentou o avanço institucional de ambas” (RIBEIRO, L., 2003, p. 18).

Os jornais proporcionavam aos literatos a exposição necessária às suas obras e à sua pessoa, enquanto esses angariavam audiência e promoviam a inserção daqueles em sociedade, fornecendo-lhes caráter essencial e legítimo, bem como a seus proprietários. Por outro lado, a política legitimava a existência dos diários como veículos de comunicação necessários para a disseminação das propostas e ideais partidários ao mesmo tempo em que os partidos obtinham reconhecimento social e legitimidade por meio dos comentários estampados nas páginas dos periódicos. Nesse sentido, os jornais constituíam-se como algo necessário e desejável, na medida em que serviam como mediadores para as realizações políticas e literárias.

As modificações se acirram com o início do século seguinte. O movimento principal ocorre na passagem da imprensa artesanal para industrial e sua constituição como empresa comercial. A compra de linotipos e rotativas insere mais dois personagens na produção dos jornais, os gráficos e os linotipistas. O jornalismo começa a se diversificar, são elaboradas reportagens e faz-se bom uso de correspondentes. A publicidade passa a ser veiculada e aponta nova fonte de financiamento para os periódicos. A criação de jornais como meros veículos para a conquista de interesses



políticos, mantida tanto pela aristocracia rural quanto pela monarquia, começa a modificar-se, conquanto isso tenha resquícios até os dias de hoje, frente à nova configuração empresarial e produção industrial dos diários, que tornava mais fácil pagar pela opinião do jornal do que investir na criação de novo periódico (SODRÉ, 1999).

Vale observar também a ascensão das revistas ilustradas e a divisão entre temas políticos e literários nos jornais, que deslocaria a última para suplemento à parte do conteúdo jornalístico principal. Embora a literatura compusesse ambos os veículos, já era possível distingui-la do jornalismo, à essa época eivado de conflitos políticos, ainda que somente no que concernia à temática, posto que o linguajar continuasse aquele empregado na literatura. Além disso, o modelo de jornalismo literário era encontrado tanto nas revistas quanto nos jornais, o que em parte indica certa mobilidade em relação ao meio pelo qual é veiculado. Isso possui relação com a relativa independência dos literatos, que não obstante ainda mantivessem o *status* de principais contribuidores dos diários, utilizavam-no para apresentar seus trabalhos e obter reconhecimento, dois aspectos que extrapolam os limites da esfera de produção jornalística.

Desse modo, tornava-se mais nítida a diferença entre imprensa e jornalismo, com a primeira denotando tanto o produtor e processo produtivo quanto o veículo produzido e o segundo distinguindo um grupo particular de indivíduos responsável por transmitir acontecimentos e propugnar opiniões de acordo com um modelo literário de escrita. O jornalista transparecia como um literato que prestava serviços às empresas jornalísticas, pois ainda eram poucos os casos que faziam disso profissão. A literatura abarcava e regravava também o campo jornalístico, com pequena distinção em relação ao assunto a ser tratado e à maneira de fazê-lo. Por outro lado, os jornais assumiam cada vez mais feição empresarial, preocupados em aumentar os níveis de circulação e a quantidade de anúncios publicitários, e conseqüentemente sua receita, em medida similar à implantação de novas tecnologias e padronização e controle do processo de produção (FRANCISCATO, 2004; OLIVEIRA, 2005; SODRÉ, 2002).

O início do século XX marcou também grande crescimento no movimento proletário e do número de associações de classe no Brasil. Em relação à imprensa, constata-se a criação dos sindicatos de gráficos e linotipistas, além da constituição de entidade formal em defesa dos interesses dos jornalistas. Atribuída a Gustavo de Lacerda, repórter de O País e membro do Partido Comunista, que compreendia que o jornalismo naquela época não era profissão, mas meio para galgar posições na sociedade, a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ocorreria em 1908,



apesar da resistência de colegas de trabalho e donos de jornais, com três propósitos principais: prestar assistência a seus associados; capacitar pretendentes à área jornalística; e ser um centro de ação.

A criação da ABI pode ser utilizada como primeiro marco formal para o estudo do declínio do jornalismo produzido pelos homens de letras, o afastamento do modelo literário e início de processo de institucionalização particular. Esse empreendimento não se resumia em apregoar que os jornalistas constituíam classe distinta de profissionais, que necessitavam de formação específica a ser lecionada pelos seus pares, mas também promovia clara diferenciação entre quem era ou não jornalista, distinguindo os últimos como trabalhadores de empresas jornalísticas que obravam mediante garantia de salário correspondente à quantidade de horas trabalhadas. Os jornalistas tornar-se-iam assalariados, embora até esse momento o principal elemento que os diferenciava dos literatos adviesse da natureza de seu empregador e não de características intrínsecas a seu trabalho. Isso se torna mais claro quando verificado que a separação decisiva entre as esferas literária e jornalística ocorreria somente nos anos 50, quando da adoção de novos métodos e princípios de produção de notícias. De outro modo, percebe-se que o estabelecimento desse vínculo empresarial, apesar de ter contribuído para a congregação de grupo e posterior formação identitária, acabou por subsumir o trabalho jornalístico a esfera produtiva e os jornalistas às empresas jornalísticas.

Com a deterioração da estrutura política dominante, o tema político avançava nos jornais. A rebeldia manifestada contra o governo não era comparável à alienação e devoção ao estrangeiro a que se dedicavam os romancistas. As questões políticas tomavam a frente às literárias e apesar disso não ser suficiente para originar texto especificamente jornalístico, daria margem a pequenas mudanças que se inserem lentamente nessa fase e se solidificarão com o passar do tempo: substituição do folhetim pelo jornalismo e reportagem; entrevistas ao invés de simples artigos políticos; e o surgimento de novos temas, com destaque para os policiais, mundanos e esportivos (SODRÉ, 2002).

Com a instauração da ditadura de Vargas inicia-se cerrada censura à imprensa, proíbe-se a criação de novos órgãos noticiosos e alguns dos existentes são fechados. O controle da produção de notícias, bem como o capital despendido pelo governo na compra da opinião jornalística, colaborariam para a consolidação da grande imprensa e sua expansão para outros centros urbanos do País. Prenunciava movimento nacional-desenvolvimentista em sentido de consolidação cultural e territorial e conclamava-se



todos os setores da sociedade em prol da industrialização e da urbanização. Os jornais, por bem ou por mal, serviam aos interesses governistas e canalizavam a opinião pública para a consecução do projeto de modernização e construção de identidade nacional, na mesma medida em que eram por ele influenciados (SODRÉ, 2002; RANGEL, 2003; RIBEIRO, L., 2004).

A esfera literária é também bastante afetada por essas influências, considerada um dos grandes veículos de afirmação nacionalista. Os ideais positivistas de ordem e progresso são resgatados e ecoados enquanto algumas manifestações modernistas são contidas. A literatura recebe *status* de serviço público, com o objetivo de narrar a história do País e do povo a partir da reconstrução positiva de sua evolução histórica. Como aponta Velloso (1988), a literatura dessa época distancia-se do caráter ficcional e subjetivo em direção ao realismo e objetividade, adquirindo maior aura de verdadeiro e confiável. Essa mudança atinge também os jornais, onde se desenvolverá frente à corrente impossibilidade de continuação das manifestações políticas e críticas às decisões governamentais.

Ademais, os principais temas que estampavam os jornais eram acontecimentos citadinos, notícias internacionais, esportes e economia, que não permitiam o mesmo posicionamento opinativo de anos anteriores. Além disso, aspectos mercadológicos, como o espaço compartilhado entre notícias e anúncios; operacionais, a premência do tempo; e tecnológicos, as informações recebidas por telégrafo eram sucintas frente à impossibilidade de transmissão de grande quantidade de dados, conturbavam os procedimentos tradicionais de produção das notícias e dos diários. Por fim, a ação das agências de notícias, em consonância à censura e à definição de temas que satisfaziam os interesses empresariais dos proprietários convergiam para a homogeneidade das informações publicadas. Esses elementos promoviam pequenas mudanças incrementais de caráter contingente, mas teriam grande responsabilidade na pavimentação das transformações que ocorreriam na década de 50.

Dois outros fatores emergem nesse período estadonovista: a consideração dos jornais como defensores da Nação e veículos dos interesses do povo e o surgimento da primeira faculdade de Jornalismo do País. A dissolução dos partidos e a proibição de discussões políticas, a criação de projetos de integração e desenvolvimento nacionais, a influência sobre a produção cultural no sentido da criação de identidade própria, apontavam para a manutenção de pensamento único, assegurado pelo governo e justificado em benefício da população. Tendo em vista que o principal canal de



comunicação ainda era a mídia impressa, os jornais funcionaram como disseminadores desse projeto nacionalista, bradando ao povo pelo povo, posicionamento ao qual a posterior incorporação do paradigma de responsabilidade social adequar-se-ia tão bem. Nesse mesmo sentido, a anulação da possibilidade de opinião do jornalista promovia também a eliminação dele próprio enquanto pessoa física, na medida em que minava sua celebração como defensor de uma posição e conseqüentemente a possibilidade de uma carreira pública, como era dantes característico.

A primeira faculdade de jornalismo do Brasil surge em 1943, conforme o desejo pronunciado em testamento pelo jornalista e empresário Cásper Líbero. No entanto, só iniciaria suas atividades com a regulamentação do ensino de jornalismo, em 1947. Sua importância para a presente análise reside nos seguintes aspectos: o programa de ensino estava calcado em premissas do jornalismo moderno; ela serviria como modelo para a implantação de outras faculdades; promovia a demarcação de campo particular de conhecimentos; desvinculava o jornalismo da empresa jornalística; e estabelecia relativa diferenciação entre os profissionais da categoria. Ainda que não se possa apontá-la como único ou principal responsável por esses aspectos, uma vez mais, trata-se de importante marco analítico formal, a partir do qual se torna mais fácil visualizar a consolidação das mudanças a essa época iniciadas (ABIAHY, 2005; HIME, 2004, 2005).

Com o retorno de Getúlio Vargas em 1951, a imprensa, que se estabelecera como empreendimento comercial e industrial, passaria por diversas transformações e daria início à formação de oligopólios midiáticos. Embora a tônica política reapareça com intensidade nos jornais, diferentemente das décadas anteriores, o ideário veiculado e o posicionamento adotado não eram diretamente influenciados por algum partido, correspondendo em boa parte aos interesses das próprias empresas jornalísticas e seus proprietários, conquanto tenham sido cada vez mais identificados como princípios próprios do jornal. Além disso, pronuncia-se nesse período a independência dos ditames políticos e a sedimentação da imprensa como instituição distinta; o que não significa afastamento da política, mas autonomia relativa em relação a ela. Isso pode ser visualizado quando se analisa a oposição generalizada ao segundo mandato de Getúlio e, posteriormente, a Jango e Jânio e na rebeldia contra os militares.

A partir desse período promover-se-á separação final, mas não absoluta, entre literatura e jornalismo. A primeira estava já institucionalizada em campo próprio e, apesar de continuar a existir nos suplementos literários, diferenciou-se progressivamente



do segundo na medida em que a ele foi atribuída função – a idéia de funcionalidade salienta bem a concepção de mundo que sustentava essa conceituação – de mediação do espaço público para os leitores a partir do domínio do presente, do acontecimento diário e cotidiano, retratando imparcial e objetivamente o verídico em benefício da coletividade. Diferentemente da literatura, à qual é concedida grande parcela de subjetividade, originalidade e opinião, o jornalismo deveria preocupar-se em descrever os acontecimentos tendo em vista os interesses e necessidades da população, à qual seria facultada a escolha de posicionamento com base na apresentação de possibilidades várias de interpretação, de acordo com as percepções dos diversos indivíduos envolvidos e análises de especialistas no assunto. Além disso, o relato das notícias precisava ser feito de acordo com técnicas americanas como o *lead* e a pirâmide invertida, agregadas à supressão de adjetivos, construção afirmativa das frases e uso da terceira pessoa (FRANCISCATO, 2004; RANGEL, 2003; RIBEIRO, A., 2003; RIBEIRO, L., 2004).

Como outros autores também notaram, a adoção desses pressupostos e procedimentos de produção de notícias concorre para gradual substituição dos jornalistas prestigiados pelos jornais respeitados. Fatores como campo profissional restrito, aumento salarial e das condições de trabalho e incentivo dos sindicatos para a contratação de jornalistas formados, contribuíram para que a absorção dos egressos das recém criadas faculdades de jornalismo fosse praticamente dominada pelas empresas jornalísticas. Atrelados a isso, a condição de assalariados, a diminuição dos espaços de opinião e de matérias assinadas, os procedimentos americanos de relato jornalístico e a noção de verdade única e objetiva advinda dos pressupostos do jornalismo moderno apontam para o caráter substituível dos profissionais⁶. Essa substituição foi consubstanciada com o estabelecimento da obrigatoriedade do diploma, em 1969, que estabeleceu uma rota natural para o mercado de trabalho e assinalou o fortalecimento da noção de profissionalismo (MARCONDES FILHO, 2003; MORETZSOHN, 2000; RANGEL, 2003, 2004).

De acordo com esse argumento, a institucionalização do jornalismo em meados dos anos 60, como considera Ribeiro L. (2004), ter-se-ia devido muito mais à imprensa, enquanto conceito referente às empresas jornalísticas e seus periódicos, do que à

⁶ Sendo a verdade uma só, passível de ser aprendida objetivamente, e inexistindo possibilidade de originalidade no relato jornalístico, que se tornava padronizado, decorre que qualquer jornalista (e tendo em vista que com a não existência de reserva de mercado nesse tempo isso significava qualquer pessoa) é, em tese, capaz de produzir o mesmo texto. Ou seja, ele deixa de existir enquanto agente para tornar-se mero tradutor do fato para o texto.



congregação dos jornalistas em campo profissional próprio – embora obviamente exista uma interdependência entre eles⁷. Isso pode ser apreendido mais facilmente quando se considera que as atribuições identitárias de imparcialidade e objetividade, salvaguarda dos direitos populares e defesa dos princípios democráticos, entre outras, encontram pouco ou nenhum respaldo social, que comumente identifica essas características com a imprensa em geral e, não raro, em diário particular e em relação de proporcionalidade a outros. Dessa maneira, a despeito da contribuição do trabalho dos jornalistas para a institucionalização do modelo de jornalismo moderno, esses não conseguiram legitimar sua posição como responsáveis⁸.

Desse modo, uma vez mais é possível perceber que os elementos que permitiram aos jornalistas configurar um conjunto próprio de conhecimentos operaram também em sentido contrário, desvinculando-os da responsabilidade pela produção e conteúdo das matérias. Na medida em que não mais existia uma apreensão individual do acontecimento, a quem pudesse ser creditada qualquer opinião, validade, erro ou acerto, esse crédito ou descrédito passou a identificar-se com o veículo impresso e, por decorrência discursiva, com a empresa jornalística⁹. Apesar de o jornalismo, enquanto campo de saberes e fazeres, ter-se desvinculado das empresas com a criação das faculdades, considerando-se que sua prática e exposição existiam em subordinação à constituição empresarial, manteve-se a identificação do jornalismo com aquilo que encerravam os jornais.

A colaboração da ditadura militar para essa ocorrência não pode ser minimizada. A ação da censura e os procedimentos usados para reprimir e calar os jornalistas contrários ao governo coibiram a manifestação de opiniões e auxiliaram a manutenção das matérias sem assinatura, fosse nos grandes diários ou na imprensa alternativa. De outro modo, a constituição das redações como ilhas ou empresas à parte dentro dos empreendimentos jornalísticos, estrutura estabelecida para preservar a autonomia dos jornalistas frente às intervenções administrativas e publicitárias e que até hoje permanece em vários jornais, concorreu para unidade profissional e discurso que referenciava a área como a totalidade da organização. Ademais, verifica-se uma

⁷ Vale a ressalva de que com essa argumentação não se está retirando a agência dos jornalistas, nem a atribuindo às empresas (as quais não podem ser agentes). Eles foram, certamente, os principais agentes nesse processo, embora tenham agido muito mais como assalariados em nome dos jornais do que enquanto categoria profissional.

⁸ É interessante a comparação dessa situação com a esfera literária, que autonomizou-se a partir dos jornais.

⁹ A decorrência discursiva se refere à ampliação da legitimidade atribuída ao veículo para a empresa jornalística, que nesse argumento em específico conferir-se-á à sinonímia entre empresa e jornal e à referência dúbia por ela indicada, substituição comumente encontrada nos periódicos (e inclusive nesse mesmo artigo) e fortalecida quando o diário possui o mesmo nome da organização.



individualização dos princípios do jornalismo moderno, à qual os manuais de redação fatalmente contribuíram: além das referências noticiosas a determinado jornal e sua linha editorial, e não a pessoa específica e valores profissionais, os manuais professam conjunto de princípios tido como particular à prática jornalística de determinado periódico, ao invés de procedimento jornalístico generalizado a cargo dos jornalistas profissionais (MORETZSOHN, 2000; ZUNIGA, 2000).

Esse revestimento proporcionado pelos princípios do jornalismo moderno à lógica empresarial da imprensa começara a ser questionado já em 1963, quando os jornalistas aderiram à greve dos gráficos. No entanto, a instauração do governo militar contribuiu para abafar as manifestações e revigorar o meio impresso como defensor do progresso e integração nacionais, tanto diretamente por meio da propagação dos projetos nacionalistas do governo quanto indiretamente com a criação da imprensa alternativa para publicar informações que a censura não permitia. A discussão seria retomada somente com o arrefecimento da pressão ditatorial e a ressurgência dos movimentos sindicais, na greve realizada em 1979, a qual pode ser considerada marco da delimitação formal das esferas institucionais da imprensa e do jornalismo, na medida em que permitiu a exposição das distintas lógicas de ação, desencadeando crise de identidade no jornalismo e a criação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) para defender os interesses dos proprietários de jornais (GENTILLI, 2001; SILVA, 2003; SODRÉ, 2002).

A partir desse período passam a proliferar as análises e referências à imprensa como empreendimento empresarial e à informação como produto comercial, sujeitos a lógica de mercado, com a concepção característica de que a autonomia financeira dos jornais seria o elemento que os permitiria desvencilhar dos poderes econômico e político e agir em função dos interesses sociais e em defesa da democracia. Nesse sentido, embora se não possa classificar a confusão dos princípios do jornalismo com os jornais como cálculo racional estratégico elaborado pelas empresas jornalísticas, como equivocadamente o fizeram alguns autores, torna-se possível ao menos apontar uma participação, principalmente a partir desse período, em relação à manutenção dessa imagem (OLIVEIRA, 2004; SILVA, 2003).

Por outro lado, ao início da desestruturação do jornalismo contribuem, dentre outros, a especialização dos conteúdos dos impressos, o questionamento aos ideais de imparcialidade e objetividade, a redução do mercado de trabalho para jornalistas e, mais recentemente, o questionamento da obrigatoriedade do diploma para a prática da

profissão. No entanto, parece possível apontar duas tendências: a primeira relacionada ao aumento no número de jornalistas trabalhando como assessores de imprensa, que supõe a manutenção do jornalismo como técnica de coleta e transmissão de informações; enquanto a segunda pode ser visualizada na criação de *blogs* jornalísticos e em iniciativas como o Observatório da Imprensa, que de certa maneira contribuem para que os jornalistas resgatem para si a responsabilidade e legitimidade oriunda dos princípios do jornalismo que produzem ou desenvolvam outro modelo que venha a ser com eles identificado (ALBUQUERQUE, 2004; PEREIRA, 2005).

Considerações Finais

No presente trabalho pretendeu-se diferenciar e delinear os limites dos conceitos de imprensa e jornalismo. A partir da demonstração do desenvolvimento de três instituições distintas no processo histórico de estruturação da comunicação midiática impressa no Brasil, a imprensa, a literatura e o jornalismo, argumentou-se que enquanto a primeira e a segunda se desenvolveram de maneira complementar até meados do século XX, a confusão estabelecida entre a primeira e a terceira contribuiu para a tomada de empréstimo dos significados da prática jornalística pelos jornais e para a legitimação e construção do *status* das empresas capitalistas de imprensa, ocorrência que tornou possível a instalação, disseminação e institucionalização do jornalismo em sua versão moderna sem que se atribuisse responsabilidade aos jornalistas enquanto categoria profissional e representantes institucionais.

Essa interpretação permite manter a divisão analítica de duas fases no desenvolvimento da imprensa nacional, artesanal e industrial, aceitando também a incorporação de um possível terceiro período que se desenvolve a partir das tecnologias digitais, em consonância à ocorrência de três modelos de jornalismo nesse mesmo período histórico: político, literário e moderno. Além disso, apresenta outro ponto de vista sobre os ‘mitos’ dos anos 50 e 80 conceituados por Albuquerque (2004), adiciona complexidade à diferenciação entre instituição e organização jornalística promovida por Guerra (2005) e acrescenta contribuição aos estudos de Ribeiro L. (2003, 2004) sobre a institucionalização do jornalismo no Brasil.

Dado o breve espaço para exposição, não foi possível abordar detalhadamente a influência das bases teóricas na análise, bem como apresentar dados empíricos que fornecessem suporte a algumas das afirmações. Apesar de se ter delimitado as principais



concepções teóricas que influenciaram a análise, não se considera que a diferenciação aqui promovida não possa ser trabalhada sob as concepções de outros autores como Bourdieu ou Foucault, embora sejam necessárias algumas ressalvas. Além disso, compreende-se que as perspectivas teóricas utilizadas poderiam contribuir para as pesquisas da área de jornalismo, nas quais aparecem raramente e em considerações pontuais. Por fim, indica-se como algumas possibilidades para futuras pesquisas: a análise aprofundada e comparativa do desenvolvimento institucional da imprensa e da literatura e daquela com o jornalismo; a descrição das principais regras estabelecidas nas esferas institucionais distinguidas como forma de melhor diferenciá-las; e o estudo das sinonímias de empresa jornalística e jornal e o uso dos valores jornalísticos em referência a periódico particular como estratégias discursivas e sua influência na legitimidade das organizações.

Referências bibliográficas

ABIAHY, A. C. de. A. O jornalismo especializado na sociedade da informação. **Recensio**: Revista de Recensões de Comunicação e Cultura, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2006.

ALBUQUERQUE, A. de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. **E-compós**, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/Compos/adm/documentos/AFONSODEALBUQUERQUE.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

FRANCISCATO, C. E. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 13., 2004, São Bernardo do Campo. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2004. CD-ROM.

GENTILLI, V. O jornalismo brasileiro nos anos 70. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10., 2001, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2001. CD-ROM.

GUERRA, J. L. Instituição e organização jornalística: uma distinção conceitual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

HIME, G. V. V. C. Na fundação da primeira escola de jornalismo do Brasil, Cásper Líbero gera o conceito de jornalismo moderno. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2004. CD-ROM.



_____. Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: ECA/USP, 1993.

MORETZSOHN, S. 'Profissionalismo' e 'objetividade': o jornalismo na contramão da política. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 9., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2000. CD-ROM.

OLIVEIRA, M. R. de. Discursos sobre o dever-ser jornalístico: construindo um capital simbólico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

_____. A emergência do jornalismo informativo e a construção de representações da identidade profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2005. CD-ROM.

PEREIRA, S. C. P. O papel social do jornalista pela própria imprensa: análise das matérias publicadas em revistas semanais sobre a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

RANGEL, M. B. Poder e discurso da imprensa na década de 1960: a objetividade jornalística a serviço da ditadura militar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2003. CD-ROM.

_____. A construção da autoridade jornalística: onisciência e onipresença fundamentando o poder simbólico do jornalista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/345.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

RIBEIRO, L. M. Imprensa e esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2003. CD-ROM.

_____. **Imprensa e espaço público**: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.



SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VELLOSO, M. P. A literatura como espelho da nação. v. 2, n. 2, 1988. Disponível em:
<<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/345.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

ZUNIGA, G. M. F. **Jornalismo**: ethos e bastidores – mídia impressa paranaense –. 2000. 160 f.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.